

OFÍCIO/ Nº. 066-2008/GS-SEAMA

Cariacica, (ES) 10 de abril de 2008.

Ref.: Ofício Circular nº. 226/2007/DCONAMA/SECEX/MMA (Protocolo/IEMA nº. 20.647/07).

Assunto: Monitoramento e análise dos efeitos da aplicação da Resolução CONAMAº369/2006

Prezado Senhor,

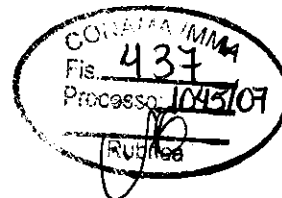
Em atendimento a solicitação da Presidência da Câmara Técnica de Gestão Territorial e Biomas do Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA, quanto à aplicação da Resolução CONAMA nº. 369/06, segue respostas pertinentes às perguntas de 1 a 6 constante no ofício citado, no âmbito das ações do Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos - IEMA.

Atenciosamente,


Maria da Glória Brito Abaurre
Secretária de Estado da SEAMA

Ilmo. Senhor Nilo Sérgio de Melo Diniz
Diretor

Mistério do Meio Ambiente
Secretaria Executiva
Departamento de Apoio ao Conselho Nacional do Meio Ambiente- DCONAMA
Esplanada dos Ministérios, bl. B, 6º andar, sala 633
700068-901-Brasília/DF



1 - Quantitativo de pleitos de autorização de intervenção em APP protocolados, discriminado por atividade.

Somente nos casos analisados pelo Conselho Estadual de Meio Ambiente (CONSEMA) foi possível realizar a quantificação e qualificação dos pleitos, nos demais casos foi realizado um levantamento apenas qualitativo, conforme as informações que seguem:

No ano de 2007 foram deliberadas pelo CONSEMA 19 solicitações de supressão de vegetação/intervenção para as seguintes atividades:

- 5 Implantações de estradas Estaduais;
- 2 construções de escolas;
- 2 PCH's;
- 3 gasodutos;
- 1 urbanização de margem de lagoa;
- 1 ponte;
- 1 estação elevatória de água;
- 1 contenção de erosão de orla marítima;
- 1 cemitério;
- 1 dragagem de canal;
- 1 linha de transmissão de energia.

Os demais casos analisados por este lema incluem solicitações de regularização e licenciamento das seguintes tipologias de empreendimentos:

- Transporte, gasodutos, pequenas centrais hidrelétricas (PCH) e linhas de transmissão¹.
- Obras de urbanização e reurbanização de orla, atracadouros, terminais portuários e dragagem¹.

¹ Considerados de utilidade pública, segundo a Resolução CONAMA nº 369/06.

- Ocupações por quiosques, pousadas e pequenos comércios em orla (faixa de areia) e em manguezal.
 - Ocupações residenciais, loteamento, hotel, área de lazer, condomínio e regularização fundiária.
 - Barragem, canalização e retificação de curso d'água.
- Sistemas de esgotamento sanitário e sistemas de drenagem urbanas (macrodrenagem).
- Cimenteira, concreteira, cerâmica, artefatos de concreto (pré-moldados).
 - Movelaria e serrarias.
 - Usinagem, serralheria, soldagem, caldeiraria, artefatos de metal,
 - Metalmecânica, metalurgia, siderurgia, montagem e manutenção.
 - Comércio atacadista, estocagem e material de construção.
 - Lavanderia, cosméticos, sintéticos, tintas, fabricação de pilhas, produtos químicos, têxtil e gráfica.
 - Desintetização, fertilizantes, germicidas e beneficiamento de madeira.
 - Materiais Plásticos, efluente industrial, rerefino e pré-tratamento de resíduos oleosos.

2 - Quantitativo de autorizações de intervenção autorizadas e negadas:

No âmbito do CONSEMA não houve negativas quanto às solicitações de intervenção em APP, portanto foram 19 solicitações autorizadas já que foram consideradas como utilidade pública, interesse social ou de baixo impacto.

Quanto às demais atividades não há um quantitativo exato das autorizações, mas incluem ocupações as margens de corpos d'água com algum distanciamento do corpo hídrico, consolidadas antes de 2001 e que não comprometam a qualidade ambiental do corpo d'água e a função ambiental da APP.

Houve caso de licença indeferida para construção de base e perfuração de poço de petróleo em área de alagado. Há ainda, casos de solicitação de mudanças no projeto apresentado, principalmente, em obras lineares como gasodutos e linhas de transmissão, a fim de causar menor intervenção em APP.

Outros casos de autorizações negadas incluem: Edificações em manguezal (pousada, residência, aquicultura), edificações em barra de rio (pousada), quiosques, estabelecimentos comerciais e residências em áreas de risco de erosão ou desmoronamento, além de diversos outros empreendimentos pelos fatores citados no item 3.

3 - Fatores motivadores das negativas de autorização de intervenção em APP:

Os principais fatores motivadores das negativas de autorização de intervenção em APP são a relevância do ambiente no contexto regional e a intensa fragmentação dos remanescentes florestais no Estado, atividades que não sejam consideradas de baixo impacto, interesse social e utilidade pública e atividades de interesse privado, sem justificativa técnica.

Pedidos de licenciamento de empreendimentos ainda não implantados com alternativa locacional evidentemente são negados, em alguns casos, também são negados mesmo que não haja alternativa locacional.

Somente são autorizados novos empreendimentos que atendem ao disposto na Resolução CONAMA 369/06.

Empreendimentos já implantados são regularizados quando considerados ambientalmente viáveis e de baixo impacto e desde que todos os impactos ambientais sejam devidamente controlados, a fim de não comprometer as funções ambientais da APP. Como na maioria dos casos, a área onde o empreendimento está inserido, bem como seu entorno, já está degradada e desprovida de vegetação arbórea (geralmente predomina vegetação herbácea/arbustiva), é dada especial atenção à qualidade das águas. Portanto, se o empreendimento, mesmo que implantado há anos, trazer risco de comprometimento da qualidade da água, o pedido de licenciamento é indeferido. Neste caso, é solicitada uma alternativa locacional.

Quando é autorizada a permanência do empreendimento em APP, solicita-se, a título de compensação ambiental, a recuperação ou recomposição de APPs na mesma sub-bacia hidrográfica (conf. §2º, Artigo 5º da Resolução CONAMA 369/06), considerando, geralmente, a recuperação de uma área equivalente ao dobro ou

triplo da APP utilizada. Entendemos que a demolição do empreendimento ou translocação dos equipamentos só se justifica se o impacto da permanência do empreendimento no local for significativo. Caso contrário, a compensação ambiental é uma ferramenta que permite ganhos ambientais já que os empreendimentos licenciados nestes moldes ocupam, quase sempre, pequenas áreas já degradadas e com funções ecológicas comprometidas.

4 - Características das APPs alvo: tipo de APP:

Faixas marginais de cursos d'água, incluindo rios, lagos e lagoas, ao redor de nascentes, ambientes alagados e brejosos/encharcados, áreas de restingas, manguezal, e cobertas por vegetação fixadora de dunas, vegetação em estágio médio e avançado de regeneração, dunas providas ou não de vegetação, topo de morros e montanhas e áreas com declividade superior a cem por cento.

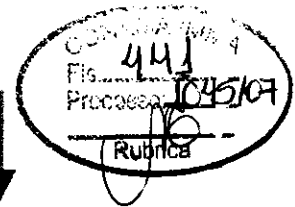
Geralmente a área de preservação ambiental pleiteada encontra-se degradada e desprovida de vegetação.

5 - Trâmite processual e procedimentos de análise:

Para os processos de requerimento de licença ambiental para empreendimentos localizados em APP que necessitam de supressão de vegetação, é exigida a apresentação do laudo do Instituto Estadual de Defesa Agropecuária e Florestal (IDAF), que consiste em um parecer técnico considerando as características da vegetação local e a viabilidade de supressão da mesma. Nesse laudo também consta a necessidade de análise do Conselho Estadual de Meio Ambiente (CONSEMA) para deliberação sobre a supressão da vegetação em APP.

Os processos chegam ao CONSEMA provenientes do IDAF – Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Espírito Santo, são pautados e apreciados pela plenária dos Conselhos Regionais de Meio Ambiente e, após pronunciamento desses Conselhos, retorna ao setor de licenciamento.

Nos casos de solicitações de ocupações de impacto local cuja regulamentação cabe a municipalidade, as secretarias municipais de obras e meio ambiente encaminham



ofício ao IEMA, informando as condições da ocupação. Geralmente é realizada vistoria na área e solicitado um mapa topográfico, nos casos em que há dúvidas quanto à declividade do terreno. Em seguida é emitido parecer favorável ou não a emissão de autorização por parte da prefeitura e encaminhado ofício informando a decisão e as medidas de controle necessárias.

Nos casos de solicitações na **zona costeira**, oriundas do Ministério Público, Gerencia Regional do Patrimônio da União e do próprio proprietário ou empreendedor, também é realizada vistoria e solicitado documentos necessários para avaliação do risco de erosão e desmoronamento. Após análise é enviado ofício ao solicitante informando a decisão e a necessidade de medidas de controle ou de realização de licenciamento ambiental.

Nos casos de **urbanização e reurbanização da orla** em APP's (restingas e dunas) são delimitadas e não se permite nenhum tipo de ocupação nestas áreas. Como a maioria das áreas já possui infra-estrutura (calçadão e quiosques) são solicitados estudos sobre erosão costeira.

Nos casos de **loteamentos** as APP's são delimitadas e não se permite nenhum tipo de ocupação nestas áreas. Quando o empreendedor prever a implantação de áreas verdes de domínio público em APP deve-se seguir o estabelecido no art. 8º da CONAMA 369/06, no entanto, não houve empreendimentos enquadrados neste caso.

Para a intervenção em APP em **obras de canalização e barragens** é necessário que seja obtido a outorga para esta intervenção (avaliação da capacidade de drenagem) e a licença de instalação. Normalmente estão associados a obras de **macrodrenagem** e em locais com ocupações irregulares em APP. O corpo hídrico normalmente encontra-se em estado avançado de degradação. Só é permitida a intervenção se é enquadrado como obras de macrodrenagem (saneamento) ou de pequeno impacto (travessia de estradas para propriedades, etc). Solicita-se a demarcação da área de APP para posterior pedido de compensação como um Plano de Recuperação de Área Degradada (PRAD), com no mínimo duas vezes da área de APP que sofreu intervenção.

Nos casos de **obras de esgotamento sanitário**, consideradas de utilidade pública, caso seja comprovada a não existência de alternativa locacional pode haver

liberação da área, no entanto como medida compensatória deverá ser recuperada área equivalente ao dobro da área intervida. Além dos estudos e medidas de controle pertinentes, também é solicitado portaria de outorga para diluição dos efluentes provenientes das Estações de Tratamento de Esgoto, sendo que a portaria de outorga deverá contemplar a vazão de projeto apresentada.

Quanto às **demais atividades**, quando o empreendimento encontra-se já instalado e funcionando, o que representa a maioria das situações deparadas, solicita-se neste caso uma compensação ambiental através de um Plano de Recuperação de Área Degradada (PRAD) e quando o empreendimento vai se instalar, as APP's são delimitadas e não se permite nenhum tipo de ocupação nestas áreas.

6 - Dificuldades encontradas na interpretação e aplicação da resolução:

Como a redação da Resolução é confusa, surgem diferentes decisões para casos/empreendimentos semelhantes, pois os profissionais envolvidos interpretam de forma distinta os textos da Resolução. Como em um mesmo documento estão contempladas diversas atividades como mineração, aquicultura, regularização fundiária e outros, a Resolução é mal interpretada gerando confusões.

A Regularização Fundiária Sustentável exige muitos estudos e documentos e oferece poucos resultados, pois inclui apenas a regularização de ocupações de baixa renda e não contempla os problemas enfrentados no Espírito Santo, como por exemplo, lotes vagos e isolados localizados em uma área de urbanização consolidada para classe média.

Outras dificuldades comuns são nas classificações de ações ou atividades similares reconhecidas como eventual e de baixo impacto, na forma do inciso XI do art. 11 da Resolução CONAMA n. 369/06.

Exemplo: Numa APP já antropizada existe apenas um lote sem construção, é possível autorizar a supressão ou intervenção nesse lote considerando que a ação ou atividade é eventual e de baixo impacto, já que a função ambiental da área já foi comprometida? Em sendo possível, como fica a aplicação do § 5º do art. 9º?

É possível determinar a fixação de uma área da mesma extensão ou em dobro da área que sofrerá a intervenção? Justifica-se a pergunta vez que no Estado do

Espírito Santo a Lei Estadual que trata da Política Florestal do Estado determina que no caso de supressão em APP deverá o empreendedor recuperar o dobro da área a ser suprimida preferencialmente próximo a área do empreendimento.

A Resolução trata muito especificadamente de empreendimentos A SEREM IMPLANTADOS. As regras e os critérios para aprovação para aqueles já implantados e para os não implantados são as mesmas?

Indefinição do que seja baixo impacto para fins de verificação de impacto ambiental em relação a corpos hídricos (hoje se estende a classificação adotada para fins de enquadramento das atividades, tendo em vista que este considera não somente impacto a corpos d'água, mas também a outros compartimentos, como vegetação e solo).

Não há definição clara do que seja interesse social, em especial acerca do manejo agroflorestal.

O que é supressão de vegetação eventual?

O termo "eventual" do Art. 10 aparentemente conflita com o Artigo 11, pois este elenca muitos empreendimentos de caráter permanente enquanto o que se discute são intervenções e supressões eventuais.

Em áreas urbanas antropizadas, sem cobertura vegetal, há necessidade de compensação conforme estabelecido por meio da Resolução Conama N° 369?

Corpos hídricos que sofreram intervenções que alteraram suas características naturais tais como expressivo lançamento de efluentes e resíduos, revestimentos, retificações e canalizações e outros, devem ter suas faixas laterais consideradas como Área de Preservação Permanente?

Em casos onde a ocupação de grande parte da cidade foi feita em Áreas de Preservação Permanente, deverá ser considerada uma área a ser licenciada nesta região como APP e solicitado compensação?